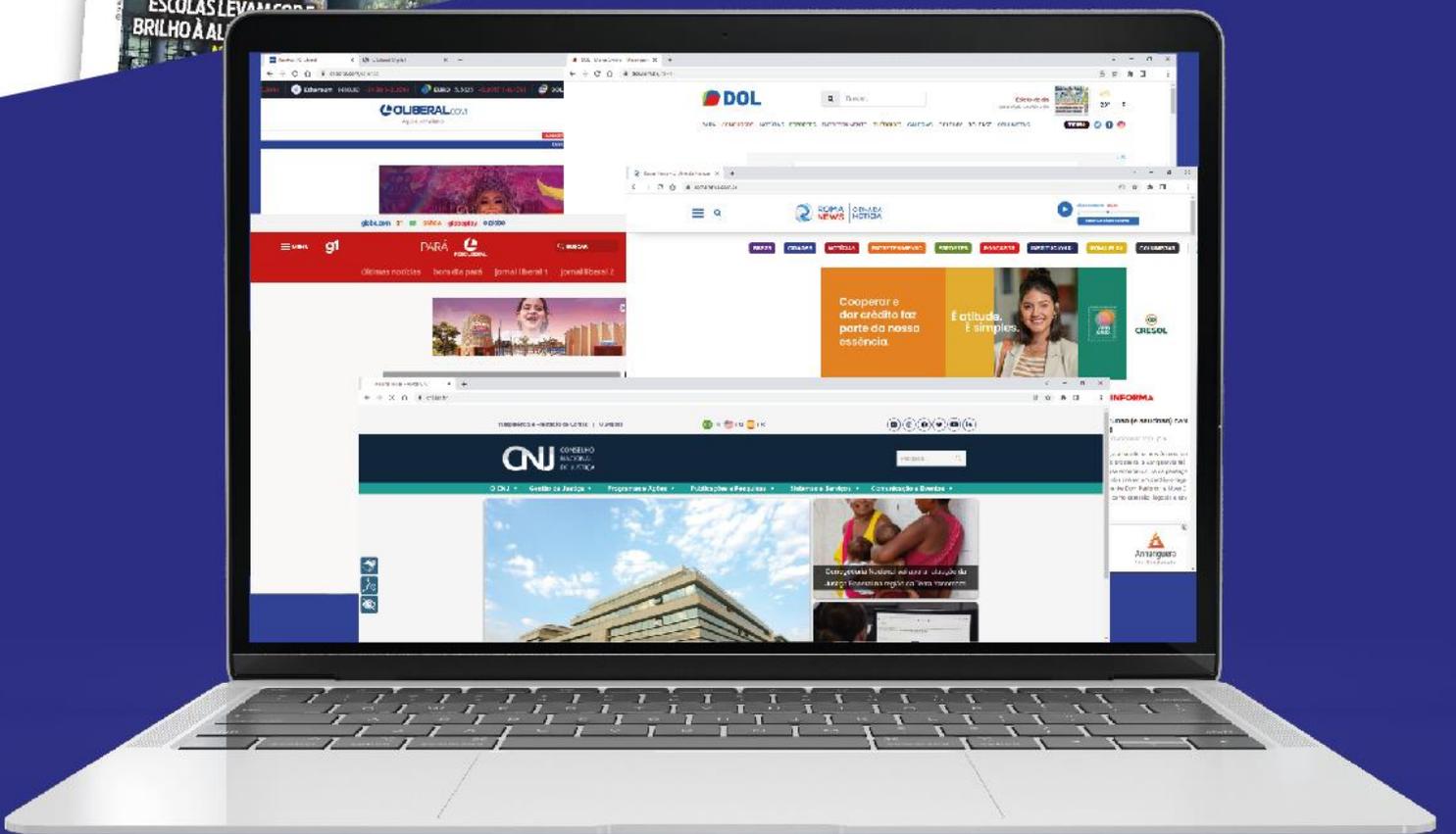




# CLIPPING

Sábado e  
Domingo  
16 e 17 de  
Dezembro  
de 2023



# REPÓRTER

## 70

### > COLETA IRREGULAR

A Prefeitura de Belém apostou tudo na nova licitação para o lixo, no formato de Parceria Público Privada (PPP), que parece ter abandonado mesmo a ideia de pagar os atrasados da empresa Guamá Tratamento de Resíduos para continuar a enviar material para o Aterro Sanitário de Marituba, com funcionamento oficialmente prorrogado por 15 meses. Ocorre que, diante da eliminação dos consórcios concorrentes, e apontando na direção de ter o bloco liderado pela empresa Terraplana como vencedor do certame, a licitação foi parar na esfera federal sob argumento de que o edital prevê garantias com recursos da União. O valor do contrato é de quase R\$ 1 bilhão.

### NEGOCIAÇÕES

O fato é que, diante dessa aposta alta, e sem pagar o contrato em vigor com a Guamá, o resultado tem sido visto na ponta, no dia a dia da população de uma Belém com coleta irregular de lixo doméstico. A coleta tem sido feita em bairros muito centrais, deixando os bairros mais distantes do centro abarrotados de lixo nas ruas.

### IMBRÓGLIO

Uma fonte da coluna que atua nos bastidores da prefeitura informou que, de fato, a cidade está com problemas de coleta por falta de pagamento com a atual empresa coletora, e que a negociação de pagamento, ainda que parcial, está paralisada desde o início da polêmica licitação. Essa informação está sendo investigada pelo Ministério Público do Estado do Pará e se confirmada, o órgão fará nova provocação dos entes envolvidos no imbróglio do lixo para que retomem as negociações já sentenciadas em diversas decisões judiciais.

## EMPOUCASLINHAS

● Atual presidente do Tribunal de Justiça do Pará é desembargadora Maria de Nazaré Silva Gouveia dos Santos e não Célia Regina de Lima Pinheiro como equivocadamente informado ontem neste espaço.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

**HOMENAGEM****Câmara faz sessão para celebrar os 150 anos do TJPA**

DA REDAÇÃO

A Câmara dos Deputados promoveu ontem sessão solene histórica em homenagem ao Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA), que em 3 de fevereiro de 2024 comemora 150 anos de fundação. O tributo ao Poder Judiciário paraense pelo sesquicentenário histórico atende ao requerimento nº 2056/2023, de autoria do deputado federal Raimundo Santos (PSD-PA).

Entre as autoridades e convidados presentes na programação, estiveram a presidente do tribunal, Maria de Nazaré Gouveia dos Santos, a juíza auxiliar da presidência do órgão, Antonieta Ferrari Mileo, além da procuradora do Estado Viviane Ruffeil Pereira, que representou o governador do Pará, Helder Barbalho.

Além delas, compuseram a mesa oficial o juiz de Direito David Jacob Bastos, coordenador adjunto do Centro de Atenção às Vítimas de Crimes e Atos Infracionais, e o jornalista Walbert Monteiro, que durante 18 anos ocupou cargos como diretor do Departamento de Comunicação Social, assessor especial da presidência e coordenador da Central de Apoio aos Magistrados no tribunal, também esteve presente. Atualmente, ele é o assessor do Museu do Judiciário e membro da comissão que trata das programações festivas do sesquicentenário, que será comemorado em 3 de fevereiro de 2023.

A presidente do tribunal, desembargadora Maria de Nazaré Gouveia dos Santos, agradeceu ao deputado pela homenagem, confessou estar emocionada ao entrar pela primeira vez na Câmara e fez um breve histórico sobre a origem e evolução institucional em favor da sociedade, como a imple-

mentação dos Pontos de Inclusão Digital (PIDs), que já alcançam 25 municípios.

**INCLUSÃO**

Segundo ela, os PIDs favorecem cidadãos que moram distantes, como os do município de Castelo dos Sonhos, que teriam de viajar 900 quilômetros até a comarca de Altamira. Ela também destacou o conceito de compromisso de todos os que compõem o Poder Judiciário paraense para oferecer um serviço de excelência:

“Realizar a devida prestação jurisdicional com eficácia, eficiência, rapidez, competência, respeitando os direitos e os deveres de todos, sempre em busca do cidadão pleno é a missão que desempenhamos com denodo, acuro e transparência”.

O deputado Raimundo Santos, que em 2015 foi condecorado com a “Medalha de Ordem do Mérito Judiciário do Pará”, a mais elevada honraria concedida pelo TJPA, disse que o órgão é “referência” entre os congêneres em todas as unidades da Federação.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – [coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br](mailto:coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br)

# EM MARITUBA GUERRA AOS FACCIIONADOS

Foram cumpridos mandados de prisão em decorrências das investigações de crimes de tráfico de drogas, porte ilegal de arma e associação criminosa. Trabalho integrado reforça ação da polícia contra o crime

## FIM DA LINHA

JR Avelar

**Q**uem pensa que pode roubar, traficar e matar em Marituba e ficar impune pode começar a mudar de “ramo” uma vez que a Polícia Civil, integrada com outros órgãos da segurança pública, tem trabalhado em investigações e com pedidos de prisões deferidos os alvos acabam enjaulados.

Nesta sexta-feira (15) por volta das 6h equipes da Polícia Civil, Polícia Militar e Guarda Municipal de Marituba ganharam as ruas dentro da operação “Força Total” para cumprimento de mandados de prisão e que resultou também em prisões em flagrante.

As informações dão conta que há algum tempo a Polícia Civil de Marituba vinculada a Superintendência da Região Metropolitana de Belém vinham investigando uma organização criminosa e, com dados e fatos apurados, o delegado responsável pelo inquérito representou pela custódia preventiva de três suspeitos.

Eles foram identificados como Anderson Viana Fernandes, de 23 anos, Sandro dos Santos da Cruz, de 24 anos, e Alyson André Viana Fernandes, de 21 anos e acabaram presos na manhã desta sexta-feira (15).

Os três são suspeitos. Segundo as



Os presos são integrantes de uma associação criminosa e foram encaminhados para a Seccional de Marituba. FOTOS: DIVULGAÇÃO

investigações da Polícia Civil são integrantes de uma associação criminosa, responsável pelos crimes de tráfico de drogas e homicídios no município de Marituba.

Com eles foram apreendidos uma pistola 9mm com vinte munições intactas, dois carregadores de pistola e duas porções de maconha. Após as formalidades legais, os três presos foram submetidos a exame de corpo de delito, ouvidos em depoimento e em seguida encaminhados a Secretaria de Administração Penitenciária.



CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br


**HABEAS DATA**

Raul Luiz Ferraz Filho



Use a câmera do seu celular para acessar o conteúdo multimídia.

### TJPA OUTORGA ORDEM DO MÉRITO

● Dia 12 último, o Tribunal de Justiça do Estado do Pará outorgou honrarias da Ordem do Mérito Judiciário. A solenidade foi presidida pela Desembargadora Maria de Nazaré Silva Gouveia dos Santos e ocorreu no salão do pleno do TJPA. Foram contemplados com as comendas juízes, promotores, advogados e demais autoridades civis e militares, além de servidores do TJPA. Para a presidente da Corte de Justiça, a condecoração representa a gratidão pela importância de relevantes serviços prestados ao judiciário, por diversas pessoas da sociedade paraense. Este colunista foi agraciado com a medalha no grau comendador.



DIVULGAÇÃO

**Desembargadora** Maria de Nazaré Gouveia dos Santos com Raul Ferraz e o desembargador Mairton Marques Carneiro

### MANUAL ORIENTA SOBRE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

● O Dr. Sávio Brabo, promotor de Justiça de Tutela das Fundações Privadas, Associações de Interesse Social, Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial, representou o Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) no lançamento do "Manual da Recomendação: Atuação do Ministério Público em Recuperação Judicial e Falência de Empresas". O evento ocorreu na sede do Ministério Público do Estado de São Paulo (MPSP) e foi transmitido pelo canal do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) no YouTube. Com o propósito de capacitar, orientar e aperfeiçoar a atuação do Ministério Público no campo do direito da insolvência, o grupo elaborou um manual que aborda todos os artigos da Recomendação CNMP nº 102/23.



DIVULGAÇÃO

**Promotor** Sávio Brabo participou do lançamento do manual na sede do Ministério Público do Estado de São Paulo

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

## MINUTA

● Foi lançada no último dia 11, a Revista da Ouvidoria Agrária do Tribunal de Justiça do Estado do Pará. O evento contou com a presença da Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, Maria de Nazaré Silva Gouveia dos Santos, dentre outras autoridades civis e militares. Para o ouvidor agrário, desembargador Mairton Marques Carneiro, a revista representa um marco histórico para a ouvidoria agrária e será um veículo de divulgação essencial para o órgão. A publicação será semestral.

● **Professor em regime de dedicação exclusiva não**

**pode exercer outra atividade remunerada. A 2ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região negou provimento à apelação de um professor da Universidade Federal do Pará que tinha como objetivo anular sua demissão, como também a devolução aos cofres públicos do valor de R\$ 212.066,60. A decisão manteve a sentença do Juízo da 5ª Vara da Seção Judiciária do Pará.**

● O Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, oferecerá cobertura exclusiva a todos os servidores públicos titulares de cargo efetivo, bem como

aos membros da magistratura, do Ministério Público, da Defensoria Pública e dos Tribunais de Contas de quaisquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações e a seus dependentes.

● **Ao empregado chamado a ocupar, em comissão, interinamente, ou em substituição eventual ou temporária, cargo diverso do que exercer na empresa, serão garantidas a contagem do tempo naquele serviço, bem como volta ao cargo anterior.**

● Trabalhador que teve conta bancária indevidamente uti-

lizada por empregadores será indenizado por danos morais e materiais. O reconhecimento do direito do autor às indenizações por danos morais e materiais se baseou no artigo 927 do Código Civil. Segundo pontuou a magistrada, estiveram presentes os requisitos do artigo 186, quais sejam, o dano, a culpa do agente e o nexo de causalidade entre o ato praticado e o dano ocorrido. Essa foi a decisão do Juízo da Vara do Trabalho de Monte Azul (MG).

**Colaboração Prof. Jaciel Papaléo.**

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – [coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br](mailto:coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br)

PELA PAZ SOCIAL

TAY MARQUIORO  
DE MARABÁ

Na última semana, uma série de ações de disseminação de práticas restaurativas foi realizada pela Coordenadoria de Justiça Restaurativa (CJR) na Comarca de Marabá. A programação começou com uma palestra da juíza coordenadora Betânia de Figueiredo Pessoa, cujo principal objetivo é difundir valores e práticas da Justiça Restaurativa como ferramenta para tratar os fatores motivadores de conflitos e violências. Nessa modalidade, a Justiça tem o objetivo de responsabilizar e reparar os danos e necessidades dos envolvidos, de modo a evitar a incidência de novas ações conflituosas promovendo, assim, a paz social.

A coordenadoria realizou também uma reunião de apresentação, com participação de juizes, Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará (FASEPA), Secretaria de Educação do Estado do Pará (SEDUC), Ministério Público (MP), Defensoria Pública (DP) e Faculdade de Carajás. Em seguida, promoveu círculos de diálogo com servidores e servidoras da Comarca. Foram realizadas visitas ao prefeito de Marabá e à Secretaria de Assistência, além de sensibilização com MPPA, Delegacia de Polícia e Rede de Proteção do Município.

Além disso, uma visita Institucional foi realizada à FASEPA, onde gestores, equipe técnica e monitores da infância e Juventude, Promotoria, Defensoria, MP, DP, OAB e toda rede puderam participar de uma roda de conversa. A equipe também visitou a diretoria

# JUSTIÇA RESTAURATIVA

## realiza série de ações em Marabá

**OBJETIVO** do evento é evitar novos conflitos com ações judiciais e a promoção da paz entre a sociedade marabaense



Círculos de diálogos com servidores da Comarca também foram realizados durante a ação

regional de ensino e realizou Círculos de Diálogos com gestores, técnicos e diretores das escolas de Marabá. Neste momento da programação, professores e equipe técnica da Faculdade Carajás também foram envolvidos nos diálogos com escolas de Marabá.

Esse conjunto de ações é uma realização da CJR, em parceria com o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais

**Durante o evento ocorreu uma reunião que envolveu todos os atores que acompanham o cotidiano**

de Solução de Conflitos (NUPEMEFC). A Política Nacional de Justiça Restaurativa é uma es-

tratégia materializada no artigo 5º da Resolução n. 225/2016 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e estabelece como atribuição dos Tribunais desenvolver plano de difusão, divulgação, expansão implementação e acompanhamento de programas de Justiça Restaurativa no âmbito dos estados. O CNJ definiu 2023 como o Ano da Justiça Restaurativa na Educação. Desde abril a CJR

compõe um grupo de trabalho para implementação da Justiça como Política Estadual de educação no Pará.

No dia 1º de dezembro, uma audiência pública foi realizada em Marabá para tratar sobre o Escritório Social e, alcançar, principalmente, o setor privado e os empresários. O objetivo é sensibilizar essa categoria para que abram as portas do mercado de trabalho para os pré e egressos do sistema penal. Para esses excluídos, a principal demanda depois que deixam o sistema prisional para busca uma reinserção digna na sociedade é a busca por emprego.

O juiz Caio Marco Berardo, titular da Vara de Execução Penal da Comarca de Marabá, reconhece a importância do Escritório Social, um instrumento que se desenvolve há menos de um ano sob a orientação do Conselho Nacional de Justiça. "Esse projeto tem como foco primordial a reinserção social dos pré-egressos e egressos, indivíduos que estão concluindo suas penas ou acabaram de finalizá-las, estando teoricamente prontos para retornar à sociedade", disse.

Um outro obstáculo a ser superado por essas pessoas é o acesso à documentação pessoal, um desafio significativo para muitos. Neste sentido, o escritório social tem desempenhado um papel crucial e já atendeu a 156 pessoas nesse curto período de tempo. Dentre esses, 22 são regressos, homens e mulheres que já estão contratados e atuando em empresas locais, inclusive nas que contribuem para a construção das pontes sobre os rios Itacaiunas e Tocantins.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

TAY MARQUIORO  
DE MARABÁ

O modo de abordagem das forças de segurança foram o tema central de uma reunião, realizada pelo Ministério Público do Estado do Pará (MPPA), por meio da 7ª Promotora de Justiça Criminal de Parauapebas, Magdalena Jaguar. A conversa contou com presentes representantes da Defensoria Pública do Estado (DPE), Guarda Municipal, o secretário de Segurança Pública do Município, Polícia Civil e Polícia Militar de Parauapebas.

Além da Promotora de Justiça Magdalena Jaguar, estiveram presentes na reunião o Defensor Público do Estado, Luiz Gustavo Albuquerque (DPE); Giego Lúcio Santos de Oliveira, Comandante da Guarda Municipal de Parauapebas; Dênis Assunção, Secretário de Segurança Pública do Município; Helio Brandão, Corregedor da Guarda Municipal; Erivaldo Campelo da Silva, Delegado e Diretor da 20ª Seccional Urbana de Polícia; além do Coronel Aquino, Comandante do 23º Batalhão da Polícia Militar de Parauapebas.

No decorrer do encontro, foi abordada a questão dos flagrantes realizados pela Guarda Municipal que fugiriam das atribuições garantidas na lei complementar, e da constituição, e que os presos em flagrante e sob cumprimento de mandado de prisão sejam recambiados para o sistema prisional e submetidos as audiências de cus-



Presos em flagrante e sob cumprimento de mandado de prisão devem ser levados ao sistema prisional

PARAUPEBAS

# MINISTÉRIO PÚBLICO

## debate abordagem das forças de segurança

ENTRE as pautas estiveram os flagrantes realizados pela Guarda Municipal que fugiriam das atribuições da corporação.

tódias a questão das regras de Mandela, regras mínimas das Nações Unidas para o tratamento de presos.

De acordo com a Promotora de Justiça, a problemática foi pontuada tanto pelo corpo do Ministério Público quanto pela DPE e Poder Judiciário

As audiências de custódias estão entre as regras mínimas das Nações Unidas para o tratamento de presos

das duas Varas Criminais de Parauapebas.

Durante as audiências de custódia, no cumprimento de mandado de prisão preventiva e ainda visitas carcerárias realizadas pela promotora, membros do judiciário e da DPE, foi observado

que os presos queixavam-se frequentemente de estarem na carceragem da delegacia trajando somente as roupas de baixo. Após, ser pontuado o tema pela Promotora e Defensoria Pública, ficou acordado que a delegacia providenciará calções, evitando assim, qualquer constrangimento ou dano a imagem dos presos.

Outro ponto discutido foi o enfrentamento da violência trazida pelo tráfico de drogas em pontos residenciais e comerciais da cidade, onde os moradores e comerciantes estão sofrendo prejuízos com os imóveis sendo abandonados de forma forçada e tomados por traficantes.

**ALDA DANTAS**

alda.dantas@nortecomunicacao.com.br

## Medalha de Ordem do Mérito Judiciário

A presidente do Instituto Ação Pensando Bem, Carmen Peixoto, foi uma das personalidades agraciadas com a Medalha de Ordem do Mérito Judiciário do Pará, concedida pelo Poder Judiciário. O ato solene foi conduzido pela presidente do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA), desembargadora Maria de Nazaré Silva Gouveia dos Santos.



Bruno Peixoto, Agamenon do Vale, Carmen e Luís Peixoto, Márcia Peixoto Silva e Marcelo Silva.



Terezinha Moura, desembargador Leonardo Noronha Tavares, Carmen Peixoto, Márcia Murieta, Luana Santalices e Marco Antônio Castelo Branco.



A homenageada com os pais Agamenon e Maridélia do Vale



Maridélia do Vale e a desembargadora Luana Santalices

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

# EM MARITUBA GUERRA AOS FACCIÓNADOS

Foram cumpridos mandados de prisão em decorrências das investigações de crimes de tráfico de drogas, porte ilegal de arma e associação criminosa. Trabalho integrado reforça ação da polícia contra o crime

## FIM DA LINHA

JR Avelar

**Q**uem pensa que pode roubar, traficar e matar em Marituba e ficar impune pode começar a mudar de “ramo” uma vez que a Polícia Civil, integrada com outros órgãos da segurança pública, tem trabalhado em investigações e com pedidos de prisões deferidos os alvos acabam enjaulados.

Nesta sexta-feira (15) por volta das 6h equipes da Polícia Civil, Polícia Militar e Guarda Municipal de Marituba ganharam as ruas dentro da operação “Força Total” para cumprimento de mandados de prisão e que resultou também em prisões em flagrante.

As informações dão conta que há algum tempo a Polícia Civil de Marituba vinculada a Superintendência da Região Metropolitana de Belém vinham investigando uma organização criminosa e, com dados e fatos apurados, o delegado responsável pelo inquérito representou pela custódia preventiva de três suspeitos.

Eles foram identificados como Anderson Viana Fernandes, de 23 anos, Sandro dos Santos da Cruz, de 24 anos, e Alyson André Viana Fernandes, de 21 anos e acabaram presos na manhã desta sexta-feira (15).

Os três são suspeitos. Segundo as



Os presos são integrantes de uma associação criminosa e foram encaminhados para a Seccional de Marituba. FOTOS: DIVULGAÇÃO

investigações da Polícia Civil são integrantes de uma associação criminosa, responsável pelos crimes de tráfico de drogas e homicídios no município de Marituba.

Com eles foram apreendidos uma pistola 9mm com vinte munições intactas, dois carregadores de pistola e duas porções de maconha. Após as formalidades legais, os três presos foram submetidos a exame de corpo de delito, ouvidos em depoimento e em seguida encaminhados a Secretaria de Administração Penitenciária.



CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



## JUSTIÇA EM FATOS LUIZ FLÁVIO

@luizaoreporter

[www.facebook.com/luiz.f.costa.37](https://www.facebook.com/luiz.f.costa.37)

lfmcosta@gmail.com

### IBDPP LANÇA LIVRO "DIREITO PÚBLICO E SUAS TRANSVERSALIDADES" EM BELÉM

Mais de 300 pessoas prestigiaram o lançamento do livro "Direito Público e Suas Transversalidades" na noite da última quarta-feira, no Palacete Facciola, em Belém. A obra, organizada pelo Instituto Brasileiro do Direito Público e Privado (IBDPP), presidido pela advogada Denise Mendes, conta com 60 artigos de renomados juristas reconhecidos local e nacionalmente, que discutem questões que atravessam o cenário jurídico brasileiro. Entre os nomes que marcaram presença no evento estão a primeira-dama do Estado, Daniela Barbalho, também autora do livro; e as presidentes do TRT-8 e TJPA, Graziela Colares e Célia Regina, respectivamente.



### Deputado estadual sai de legenda sem perder o mandato

O TRE do Pará autorizou o Dep. Torinho Torres a sair do partido PODEMOS sem que haja perda do mandato por infidelidade partidária. A ação de justificação de desfiliação partidária foi patrocinada pelo escritório Pinheiro & Penafort, que tem como um dos sócios o advogado Sérgio Pinheiro, na foto com o parlamentar estadual.



### Garantias Fundamentais: obra coletiva homenageia Vicente Malheiros

A obra coletiva "Transformações e Desafios à Efetividade dos Direitos e Garantias Fundamentais", da Editora LIT, sob a coordenação e organização do juiz do Trabalho Océlio de Jesus Carneiro de Moraes, reunindo estudos de vários juristas, em homenagem a Vicente José Malheiros da Fonseca (na foto entre Océlio e desembargador Carlos Zahlouth Jr.), desembargador aposentado do TRT-8, foi lançada no último dia 5 num almoço no salão nobre do Tribunal, promovido pela AMATRA-8 durante a XI Semana Institucional do TRT-8. O livro tem prefácio de João de Lima Teixeira Filho, na época Presidente da Academia Brasileira de Direito do Trabalho.

### Direitos Humanos: promotora da capital recebe Medalha Paulo Frota

A promotora Carmen Burieda Mota de Freitas, que ocupa a 2ª Promotoria de Justiça de Execuções Penais e Penas e Medidas Alternativas da capital, recebeu na última sexta-feira a Medalha Comemorativa ao "Dia Universal dos Direitos Humanos - Medalha Paulo Frota", comenda instituída pelo poder legislativo para homenagear personalidades que se destacam na defesa dos direitos humanos no Estado. A outorga ocorreu no plenário Newton Miranda da Alepa. A proposição é de iniciativa da Comissão



de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor da Assembleia Legislativa do Pará (CDDHC-ALEPA). O nome da promotora foi indicado pelo deputado Zeca Pirão, pela bancada do MDB.



### Sistema OAB marca presença na Conferência Nacional da Advocacia

O Sistema OAB Pará marcou presença na 24ª Conferência Nacional da Advocacia Brasileira, realizada nos dias 26, 27 e 28/11, no ExpoMinas, em Belo Horizonte. O presidente da OAB-PA, Eduardo Imbiriba, e vice-presidente da seccional e vice-diretora geral da ESA Nacional, Luciana Gluck Paul, foram homenageados pela OAB Nacional por relevante atuação e empenho no Programa de Interiorização da Advocacia. Já a Ouvidoria da OAB-PA recebeu Selo de Qualidade da Ouvidoria do Conselho Federal durante o VII Colégio de Ouvidores da OAB.

### Lideranças femininas debatem empreendedorismo na advocacia

A OAB Pará e a Comissão das Mulheres Advogadas realizaram dia 5/12, no auditório do Sebrae Pará, o III Encontro de Lideranças Femininas na Advocacia. O evento reuniu presidentes de comissões e diretoras das comissões temáticas das subseções para incentivar a formação e desenvolver as

habilidades do empreendedorismo entre advogadas. A vice-presidente da OAB-PA, Luciana Gluck Paul, recebeu homenagem pelos relevantes serviços prestados em prol da advocacia feminina e atuação para o desenvolvimento das mulheres advogadas. Ao final foi lançada a "Carta de Belém", com as deliberações e proposições



CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – [coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br](mailto:coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br)



**MAURO BONNA**

Baixe gratuitamente,  
o aplicativo do Mauro Bonna



@maurobonna /programaargumento negocios@maurobonna.com.br • PODCAST: "O resumo semanal com Mauro Bonna" Disponível na Apple e Spotify

## Justiça

A Construtora Cyrela, acionada judicialmente, indenizou em 4 milhões de reais o condomínio Vitrine Umarizal. O revestimento externo do prédio caiu.

## Recuperação

Art Farma Ltda e American Farma Ltda, ambas de Paulo Lazera Jr., entraram com pedido de Recuperação Judicial na Comarca de Belém, por meio do Escritório Fonseca Brasil.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – [coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br](mailto:coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br)